



ARTIGO ARTICLE

Notas sobre o caráter e a velocidade das mudanças institucionais contemporâneas

Notas sobre el carácter y la velocidad del cambio institucional contemporáneo

Notes on the Character and Speed of Contemporary Institutional Change

■ Luis Carlos Fridman

e-mail: lcfridman@uol.com.br

Palavras-chave: liquidez; especialização flexível; instituições contemporâneas; estrutura; relações cotidianas

Palabras-clave: liquidez; especialización flexible; instituciones contemporâneas; estructura; relaciones cotidianas

Keywords: liquidity; flexible specialization; contemporary institutions; structure; everyday relationships

Resumo

O artigo examina a dinâmica da vida social contemporânea a partir dos conceitos de “liquidez” e “especialização flexível”, elaborados respectivamente por Zygmunt Bauman e Richard Sennett. Por caminhos diferentes, os autores confluem em diagnósticos sobre o isolamento, a erosão da solidariedade e a falta de referências atualmente sentida. O texto discute como tais conceitos abarcam as macroestruturas e as microrrelações, em um propósito de esclarecimento dos fenômenos mais decisivos da experiência cotidiana em tempos de globalização.

Abstract

The article examines the dynamics of contemporary social life based on the concepts of “liquidity” and “flexible specialization”, elaborated respectively by Zygmunt Bauman and Richard Sennett. Through different paths, the authors converge on diagnoses about isolation, the erosion of solidarity and the currently felt lack of references. The text discusses how such concepts encompass macrostructures and microrelationships, with a view to clarifying the most decisive phenomena of everyday experience in times of globalization.

Introdução

A vida humana tem sido profundamente alterada nas últimas décadas e a velocidade da mudança, em seus rumos e significados, coloca-se como desafio à reflexão sociológica. São processos que afetaram as macroestruturas da sociedade assim como o conjunto das interações entre os indivíduos. Entre os fenômenos em questão, é possível apontar a globalização, o declínio do papel do Estado, a comunicação instantânea, a volatilidade do capital, a ação a distância, a reorganização do trabalho, os novos *apartheids* sociais, a fragmentação do sujeito e a predominância da mídia na constituição do universo simbólico das grandes massas. A magnitude das alterações é de tal ordem que o marxista americano Fredric Jameson, elaborador incansável do conceito de pós-modernismo, chega a localizar nesse novo tempo uma revolução cultural no âmbito do próprio modo de produção capitalista.

A frase “tudo que é sólido desmancha no ar”, presente no *Manifesto comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels (1998), evoca a discussão desses fenômenos. Desta vez não são as relações tradicionais que estão sendo varridas, mas as próprias instituições sociais da modernidade. Além disso, as alterações da nossa existência cotidiana e das formas de convívio humano sacudiram os pontos estáveis de orientação que presidiram a modernidade clássica, sob o impacto de uma nova relação entre o tempo e o espaço. A aceleração, ou a velocidade de movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade, ganharam, por exemplo, novas dimensões no exercício do poder. Segundo os recursos atualmente disponíveis e desigualmente distribuídos, alguns podem se mover para qualquer parte enquanto outros se encontram imobilizados nas localidades e estão à mercê das decisões de “senhores ausentes” e de processos que não controlam. Em linguagem mais direta, “a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial” (BAUMAN, 2001, p. 20).

O que está em andamento ultrapassa as indicações que estão nos clássicos, referências permanentes de reflexão e pesquisa. Como salienta Krishan Kumar (1997), arguto comentador dos esforços intelectuais diante das novas realidades, uma concepção caudalosa e unificadora dos problemas contemporâneos, “que dá conta de tudo”, não parece o destino imediato do debate: “Sempre achei errado subestimar essas teorias em virtude de não serem inteiramente convincentes, ou por desdenharem este ou aquele aspecto da vida contemporânea. Todas as teorias são parciais; sua fecundidade reside nos tipos de questão que levantam” (p. 7).

Entre os autores que pesquisaram as alterações institucionais da contemporaneidade, Zygmunt Bauman e Richard Sennett se destacam pela fertilidade de suas análises e interpretações. A obra de Bauman, recentemente falecido, compôs-se, nas últimas décadas, de um vasto programa de estudos e pesquisas orientado pelo diagnóstico da “liquidez” contemporânea. A reflexão nela presente permite descortinar alterações institucionais de grande alcance que afetam diversas esferas do convívio humano, como a economia, o mundo do trabalho, a condução da vida cotidiana, os problemas de identidade, a cultura, a política, o amor, o consumo e as formas de exclusão social. Em seus estudos, Sennett investigou as consequências da reorganização produtiva do capitalismo, a “especialização

flexível”, envolvendo a relação dos trabalhadores com a atividade laboral, os vínculos entre companheiros de trabalho e as repercussões sobre a subjetividade contemporânea. Sennett considera que o novo ambiente de trabalho sacrifica a constituição de uma narrativa de vida coerente para os que dele participam.

A “liquidez” no estágio atual da modernidade indica o enfraquecimento dos laços de interação entre os indivíduos, em um tempo em que o capital se move à velocidade do sinal eletrônico, que está ao mesmo tempo em todo lugar e em lugar nenhum. É uma vida precária, assombrada pela incerteza. A extrema mobilidade e “leveza” do capital ao dismantelar “qualquer rede densa de laços sociais” (BAUMAN, 2001, p. 22) criou uma grande massa de seres humanos dispensáveis e, como decorrência, uma luta pela sobrevivência que se trava em um terreno de referências diluídas, ampliando o desamparo.

A precarização do trabalho no quadro atual das mudanças contemporâneas e a flexibilidade — ou seja, o abandono das formas rígidas de inserção dos trabalhadores na produção — têm sido acompanhadas pela difusão da ideologia de que os indivíduos terão mais liberdade para moldar suas vidas. A drástica redução dos contingentes inseridos na divisão social do trabalho resultante das inovações tecnológicas das últimas décadas e as franquias para o livre curso das forças do mercado resultou na política — encarnada no Estado e na administração dos negócios públicos — de dismantelamento das redes de proteção social e do preceito de que não se deve proteger aqueles que não contam com recursos e meios para ficar de pé. Diante do desemprego e do infortúnio de massa, a “economia política da incerteza”, na expressão de Bauman, prescreve que a sociedade não deve ser onerada pelo amparo aos mais vulneráveis. Chegou a hora de a gente desamparada “mostrar o seu valor”, mesmo nas condições mais adversas. Assim se desenvolveu uma cultura que propugna a inversão de “seres dependentes” (aqueles de alguma maneira amparados por instituições sociais) em “seres ativos” (aptos, sabe-se lá como, a uma suposta autonomia), que se propaga no ambiente interior das pessoas por meio da convicção ou da obrigação de não se precisar de ninguém para as batalhas da existência. A decomposição das garantias institucionais contra as adversidades deriva dos trabalhadores recebe o tratamento ideológico que propugna a “criatividade” e a “liberdade” dos desvalidos para superar os obstáculos da vida econômica.

A estruturação das empresas no capitalismo da especialização flexível requer que seus empregados sejam capazes de se reinventar a cada momento. Eles são realocados permanentemente em novos projetos e equipes, ocasionando o enfraquecimento das relações de companheirismo, lealdade, solidariedade e compromisso mútuo. As pesquisas de Sennett revelam que a mudança dos vínculos entre os trabalhadores transborda para outras esferas da sociabilidade, sob o princípio de a dependência em relação ao outro ser percebida como condição vergonhosa. Isso resulta em culpa psicologicamente assimilada pelos “inadaptáveis” e pelos “pouco flexíveis”. Como relata melancolicamente um dos entrevistados de Sennett (1999, p. 92), “o segredo é: não deixar que nada se grude na gente”. No entanto, a aparência de autonomia dos “desgrudados” revela, por outro lado, um fardo difícil de suportar para a maioria daqueles que gostariam de um emprego

estável, proteção trabalhista por meio de leis e ação sindical, além do convívio entre iguais sem a marca da efemeridade.

Tais condições contribuem para o estreitamento das vias de agregação do sofrimento individual em causas comuns, coletivas, para mitigar os efeitos ou alterar o rumo das relações estabelecidas. Este artigo não tem a pretensão de abarcar todas as questões aí envolvidas e, com base nos diagnósticos específicos de Bauman e Sennett sobre os traços fundamentais da sociabilidade em expansão, relacioná-los à falta de referências atualmente sentida. A reprodução social na atualidade se alicerça na “força dos laços fracos” (SENNETT, 1991, p. 25), o que solicita a elaboração de conceitos que permitam a compreensão do alcance e das consequências das mudanças. As novas configurações institucionais influem sobre escolhas que sacrificam os indivíduos em nome da “liberdade” de serem donos de suas iniciativas, em um mundo onde os vínculos empregatícios estáveis e referências mais sólidas na continuidade da vida estão sob constante ameaça.

Em outro contexto, mais específico, o sentido quase anedótico da imagem de jovens reunidos em uma mesa de bar teclando em silêncio os respectivos telefones celulares é reveladora do isolamento que afeta as relações interpessoais. Capturados pela compulsão ao consumo de atrativos virtuais disponíveis em velocidade eletrônica, cada um deles coleciona experiências e sensações à revelia dos outros. A cena da mudez satisfeita (ou à cata da satisfação prometida no próximo clique) pela inserção no “outro mundo” da tela oblitera a possibilidade de vínculos presenciais. As causas do solitário frenesi de tela estão em outro lugar, para além do hábito de dispor dos avanços tecnológicos que cabem no bolso. As contribuições de Bauman e Sennett trazem diagnósticos que permitem relacionar a dinâmica societária que produz o isolamento e o afastamento dos indivíduos entre si com os eventos cotidianos que denotam as novas formas de existência social.

A ‘liquidez’ contemporânea

Em *Modernidade líquida* (2001), um de seus livros mais importantes, Bauman inicia a elaboração do conceito de “liquidez” pelo retorno ao *Manifesto comunista*, de Marx e Engels. Sua atenção se deteve na frase emblemática “tudo o que é sólido desmancha no ar”. O enunciado referia-se à notável transformação histórica produzida pela emergência e expansão do capitalismo, que havia deixado para trás, sucessivamente, as relações tradicionais e seus embaraços morais e religiosos para dar lugar a uma vida regida sob o domínio do capital. A nova ordem desmanchou tudo que era “ossificado” e ampliou de maneira inaudita, segundo Marx e Engels, as possibilidades humanas até então existentes. Por isso, a primeira metade do *Manifesto comunista* foi dedicada ao caráter revolucionário da burguesia.

Na interpretação de Bauman do *Manifesto*, a ultrapassagem das relações que regiam o passado remeteu a “novos e aperfeiçoados sólidos”, de caráter duradouro, despregados dos obstáculos políticos, éticos e culturais que tinham vigência na antiga ordem e deixaram o caminho aberto para o papel dominante exercido pela economia. Esse novo mundo era inspirado pelo

tratamento que o autoconfiante e exuberante espírito moderno dava à sociedade, que considerava estagnada demais para seu gosto e resistente demais para mudar e amoldar-se a suas ambições – porque congelada em seus caminhos habituais (BAUMAN, 2001, p. 9).

No espírito moderno, a marcha adiante era uma tarefa humana e não mais devida aos desígnios de Deus. Junto com o legado iluminista, os agentes, por meio do conhecimento e da intervenção racional, se habilitaram a administrar a existência, definir os contornos da ordem e tornar o fluxo dos eventos previsível a partir de suas ações. Estariam assim estabelecidas as fundações do “melhoramento” do mundo, duradouras (porque menos sujeitas às flutuações de sentido moral ou religioso) e “sólidas”. O futuro — e não mais o destino inexorável — era um território a ser conquistado, o que imprimiu um dinamismo que sobrepujou as rotinas até então ancoradas na tradição, na comunidade, nas relações de parentesco e na religião. O destino declarado do inquieto espírito moderno visava alterar a ordem das coisas e se debruçar sobre a natureza, a sociedade e o próprio indivíduo para proporcionar uma vida satisfatória para todos. Tratava-se de conduzir a vida abandonando os costumes e as orientações em que o passado tinha uma pesada influência sobre o presente. Inaugurou-se a expectativa de um novo começo e a moldagem ininterrupta de novas coisas pela posse das chaves do conhecimento que porventura permitiriam aos homens abraçar o mundo e, desta vez, transformá-lo segundo seus propósitos conscientes. Nesse quadro geral, as forças econômicas se viram desembaraçadas das limitações morais e religiosas.

A “solidez”, desta vez capitalista, inspirada pelo *Manifesto*, sugeriu a Bauman destacar o caso exemplar da fábrica fordista, definida como o “local epistemológico de construção sobre o qual se erigia toda uma visão de mundo e partir da qual ele se sobrepunha majestaticamente à totalidade da experiência vivida” (BAUMAN, 2001, p. 68). Ou ainda:

O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça (BAUMAN, 2001, p. 69).

A “solidez” do fordismo denotava um conjunto de relações sociais, também caracterizado como luta de classes, de atores inescapável e mutuamente referidos pelas condições históricas existentes:

A “fábrica fordista”, o modelo mais cobiçado e avidamente seguido da racionalidade planejada no tempo da modernidade pesada, era o lugar do encontro face a face, mas também do voto de “até que a morte nos separe” entre o capital e o trabalho. Esse casamento era de conveniência e necessidade – raramente de amor – mas era para durar “para sempre” (o que quer que isso significasse em termos da vida individual), e com frequência durava. Era essencialmente monogâmico

– e para ambas as partes. O divórcio estava fora de questão. Para o bem e para o mal, as partes unidas no casamento deveriam permanecer unidas; uma não poderia sobreviver sem a outra.

O tempo rotinizado prendia o trabalho ao solo, enquanto a massa dos prédios da fábrica, o peso do maquinário e o trabalho permanentemente atado acorrentavam o capital. Nem o capital nem o trabalho estavam ansiosos para mudar, e nem seriam capazes disso. Como qualquer casamento que não contasse com a válvula de escape do divórcio sem dor, a história dessa convivência era cheia de som e fúria, varrida por irrupções de inimizade e marcada por uma guerra de trincheiras ligeiramente menos dramática, mas mais constante e persistente, dia sim, dia não... A própria intensidade e perpetuidade do conflito era viva evidência do destino comum (BAUMAN, 2001, pp. 134-135).

No entanto, observa Bauman, em tempos pós-fordistas e do “capitalismo leve” o rumo histórico indica que tal mutualidade está sofrendo uma profunda mudança. O capitalismo de *software* pode alcançar qualquer lugar em tempo quase instantâneo e portanto não precisa de todo o arcabouço anterior de supervisão e administração permanentes. Isso significa uma mudança dos poderes de derretimento, que se caracteriza pelo enfraquecimento de qualquer rede densa de laços sociais. Está em curso uma alteração dos contornos institucionais e dos padrões de interação até então existentes:

“Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo (BAUMAN, 2007, p. 7).

Essa dinâmica social atinge a condução rotineira da vida, vista sob a ótica da relação entre as macroestruturas da sociedade e as opções e vicissitudes da vida individual:

Em primeiro lugar, a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. É pouco provável que essas formas, quer já presentes ou apenas vislumbradas, tenham tempo suficiente para se estabelecer, e elas não podem servir de arcabouços de referência para as ações humanas, assim como para as estratégias existenciais a longo prazo, em razão de sua expectativa de vida curta: com efeito, uma expectativa mais curta que o tempo que leva para desenvolver uma estratégia coesa e consistente, e ainda mais curta que o necessário para a realização de um “projeto de vida” individual (BAUMAN, 2007a, p. 7).

A habilitação para viver assim em nada se parece com o viver a partir de referências consolidadas na rotina habitual. As configurações institucionais (antes duradouras) “desmancham no ar” e de alguma maneira estamos sempre defasados em um ambiente de aceleração incessante. É uma vida “vivida em condições de incerteza constante” (BAUMAN, 2007, p. 8) sob um estado de transitoriedade em que “há mudança, sempre mudança, nova mudança, mas sem destino, sem ponto de chegada e sem a previsão de uma missão cumprida” (BAUMAN, 2007, p. 88).

Tais circunstâncias remetem às definições clássicas de “estrutura social” como padrões recorrentes e duradouros encontrados em qualquer sistema social (por contraste às atividades aleatórias, caóticas ou desorganizadas) e solicitam uma atualização diante do rumo observado no presente. Anthony Giddens, em *A constituição da sociedade* (1989), um trabalho de fôlego impressionante, refinou a definição do conceito em sua “teoria da estruturação”:

Na teoria da estruturação, considera-se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço. A “estrutura” pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos também são de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material (Giddens, 1989, p. XXV).

No desenvolvimento da reflexão de Giddens, o conceito de “estrutura” sob a marca da estabilidade das relações no tempo e no espaço sofre nova elaboração quando da publicação de *As consequências da modernidade* (1991). Nesse livro, em que analisa as configurações institucionais da “radicalização” da modernidade (GIDDENS, 1991, p. 13), ele observa que a coincidência entre tempo e espaço nas relações sociais sofre um “deslocamento” dos contextos locais de interação para sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS, 1991, p. 29). Um novo e diferente tipo de ordem social daí emerge, em que as estruturas não são mais organizadas localmente, perceptível, por exemplo, pelo conceito de “globalização” como “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69).

Enquanto Giddens considera a intensificação global de relações sociais, Bauman promove uma guinada no debate ao destacar a realocação dos “poderes de derretimento” (BAUMAN, 2001, p. 13), que provoca uma nova escala de danos para as condições de existência social, como o “desmembramento da história política e das vidas individuais numa série de projetos e episódios de curto prazo” (BAUMAN, 2007a, p. 9). Para ele, a “liquidez” dismantela as instituições em dimensões mais amplas do que aquelas apontadas por Giddens, com o enfraquecimento ou o desaparecimento das estruturas sociais, o que aponta para outra definição de “estrutura”:

A “sociedade” é cada vez mais vista e tratada como uma “rede” em vez de uma “estrutura” (para não falar em uma “totalidade sólida”): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis (BAUMAN, 2007a, p. 9).

Na economia, por exemplo, o capital agora se move à velocidade do sinal eletrônico e não necessita mais se estabelecer duradouramente nas regiões e territórios onde anteriormente explorava os recursos naturais e a força de trabalho. As funções de administração, gerenciamento, negociação com as garantias e direitos dos trabalhadores e obediência a leis nacionais podem ser exercidas sem enraizamento ou compromissos estendidos no tempo. Hoje os detentores do dinheiro são “senhores ausentes”: estão em todo lugar e em lugar nenhum. Em *Globalização: As consequências humanas* (1999), Bauman salienta que “o capital tem pouca dificuldade em desmontar suas tendas” (p. 18). Os poderosos da economia se abstêm do litígio e consolidam sua supremacia pela capacidade de movimentação no tempo e no espaço, que Bauman define em *Modernidade líquida* como mecanismos de desengajamento e fuga. Os “senhores ausentes” são um alvo móvel difícil de ser atingido:

as principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial, com os complicados corolários de construção e manutenção da ordem, e com a responsabilidade pelas consequências de tudo, bem como com a necessidade de arcar com os custos (BAUMAN, 2001, p. 18).

No outro extremo, os grandes contingentes da força de trabalho, estabelecidos na territorialidade, não contam com a possibilidade de vender a sua capacidade de produzir a cada toque do mouse. A modernidade “fluida”, do ponto de vista dos cenários das disputas pela distribuição da riqueza, é marcada por desengajamento, fuga fácil e perseguição inútil. Agora mandam os mais escapadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível (BAUMAN, 2001, p. 140). Duas sentenças sintetizam a lembrança do passado recente e as circunstâncias atuais: “Começar na Ford ou na Renault implicava, ao contrário, a quase certeza de que a carreira seguiria seu curso no mesmo lugar” e “hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil” (BAUMAN, 2001, p. 70). O “engajamento” entre o capital e o trabalho, a “mutualidade de sua dependência” (BAUMAN, 2001, p. 166), foi abalado em seu laço decisivo, no qual “os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento” (BAUMAN, 2001, p. 166). Esse “casamento às turras” foi deslocado de seu inferno territorial e “doméstico”, a fábrica, “habitat comum – simultaneamente o campo de batalha para a guerra de trincheiras e lar natural para esperanças e sonhos” (BAUMAN, 2001, pp. 166-167), para o espaço aberto do mundo sem fronteiras e da ausência de referências estáveis.

A “liquidez” está presente no significado da “economia política da incerteza”, definida no livro *Em busca da política* (2000) como “o conjunto de ‘regras para pôr fim

a todas as regras', imposto pelos poderes financeiros, capital e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais" (p. 175). Enquanto a economia política lidou com as formas de produção e com o conjunto das relações materiais e sociais da modernidade sólida, a "economia política da incerteza" aponta para a produção da riqueza que se processa em regime de instantaneidade e de desterritorialização, como aparece em *Globalização*:

"A economia" – o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido; rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter e redirecionar suas viagens (BAUMAN, 1999, p. 63).

Na era do capitalismo industrial e da modernidade sólida, a moldura de classe fornecia o quadro referencial das grandes massas humanas e delimitava o terreno da agregação dos indivíduos em torno de suas precariedades, sofrimentos e interesses comuns. Havia com quem contar e a quem combater. Esse mundo não desapareceu, mas os fluxos econômicos saem do controle das instituições consolidadas territorialmente e contam com o auxílio de forças que atuam internamente para desregular as salvaguardas como a proteção social. Assim, a incerteza quanto à durabilidade dos empregos e às garantias arduamente conquistadas no tempo pela ação de classe se avoluma nas condições provocadas pela "extraterritorialidade da nova elite e a territorialidade forçada do resto" (BAUMAN, 1999, p. 31):

Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da "vida como um todo" – assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às consequências dessa exploração (BAUMAN, 1999, p. 16).

Um dos pilares da "economia política da incerteza" é o desmantelamento do *welfare state* (que contém implicitamente a declaração política de que a sociedade se responsabiliza pelas aflições socialmente produzidas nos contingentes mais vulneráveis) e das redes de proteção social. O fim dos princípios que norteavam o *welfare state* (ou as diversas formas de previdência social anteriormente estabelecidas) significa a abstinência do Estado em relação ao destino incerto que pode atingir grandes massas humanas. Com isso, os indivíduos se tornam os únicos responsáveis por seus infortúnios:

A "privatização" transfere a tarefa de lutar contra os problemas socialmente produzidos (espera-se) para os ombros dos indivíduos, homens e mulheres, na maioria dos casos fracos demais para esse propósito, consoante suas competências, na maior parte das vezes inadequadas, e seus recursos insuficientes. O "Estado social" tendia a unir seus integrantes, numa tentativa de proteger todos e cada um da devastadora e competitiva "guerra de todos contra todos" e da "disputa entre os homens" (BAUMAN, 2010, p. 56).

Bauman recorre à palavra em alemão *Unsicherheit*, que funde as experiências de insegurança, incerteza e falta de garantias (BAUMAN, 2000, p. 13), arcabouço do esfriamento geral das relações humanas por toda parte (BAUMAN, 2000, p. 60). Fragilizados de antemão diante das artimanhas dos “escapadiços”, seres tementes e assustados com o que pode lhes acontecer relutam em correr os riscos da ação política, estreitando as vias de ligação entre os problemas individuais e os temas públicos. A tentativa de enfrentamento das penúrias e das adversidades é conduzida por meio de esforços individuais, sobrepondo-se ao que ocorreu em largos períodos do século XX, quando a associação entre os explorados era indispensável nessa busca. Dito de outra maneira, “as privações se somavam, por assim dizer; e, uma vez somadas, congelavam-se em ‘interesses comuns’ e eram vistas como tratáveis apenas com um remédio coletivo” (BAUMAN, 2001, p. 42). A “liquidez” promove a despolitização da sociedade e a diluição de projetos coletivos, entendidos como aqueles que emanam das pontes entre os sofrimentos privados e os temas públicos. Os poderes de derretimento agora enfraquecem qualquer rede densa de laços sociais, inclusive os padrões de interação e dependência:

Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Unsicherheit é uma condição mais que econômica e se traduz em um estado permanente de pressão que suprime o destino individual de qualquer interferência coletiva. Segundo Bauman (2001, p. 140), a modernidade “sólida” denotava “engajamento”, enquanto a modernidade “líquida” se distingue pelo “desengajamento”. O neoliberalismo não se impõe apenas como um projeto de liberar as forças do mercado, mas alcança maneiras de ser marcadas pelo retraimento na crença de soluções coletivas para padecimentos comuns. Assim, a incerteza do presente é uma poderosa força *individualizadora* (BAUMAN, 2001, p. 170, grifos do autor).

Sob o signo da aceleração e da conquista do futuro, o espaço, “lado sólido e impassível, pesado e inerte” da modernidade (BAUMAN, 2001, p. 16) foi alcançado por meios voltados à mobilidade, mas o local ainda era a sede das relações fundamentais. Agora o tempo para percorrê-lo reduz-se à instantaneidade e o sinal eletrônico conduz os fluxos dos poderes globais, “fluidos”, desterritorializados. Assim, “a mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo” (BAUMAN, 2001, p. 136). Na conjugação entre os nômades e os sedentários da modernidade líquida, a aceleração também tem outro nome: dominação.

Produção flexível

As ideias de Bauman encontram eco nas pesquisas de Sennett sobre as relações de trabalho na contemporaneidade. A tese geral de Sennett é de que vivemos em uma era

de laços sociais fracos, exemplificada no mundo do trabalho pela nova estruturação sistêmica derivada da reorganização produtiva chamada de “especialização flexível”. Esse novo modelo de produção derivou das respostas às exigências do mercado em satisfazer as demandas ampliadas de nichos diversificados de consumidores. Esse ambiente laboral incide diretamente sobre a natureza dos vínculos entre os trabalhadores e a vivência comum na atividade:

Novas formas de trabalho requerem pessoas que consigam passar facilmente de uma tarefa a outra, de um emprego a outro, de um lugar a outro. Em parte isto se deve à demanda de transformação no mercado global – as organizações devem mudar repentinamente suas funções, suas instalações e produtos (SENNETT, 2004, p. 101).

A especialização flexível deixa para trás a produção de bens padronizados em escala de massa, como no fordismo, e busca atender desejos e necessidades em constante modificação como, por exemplo, aquelas provenientes de diversas subculturas e grupos étnicos. Diz respeito também à agilidade da produção para a “customização” das mercadorias, isto é, às tendências de satisfazer crescentemente às demandas específicas dos consumidores, como se cada mercadoria fosse destinada a indivíduos segundo suas preferências ou especificações pessoais.

No capitalismo industrial clássico, as especialidades e aptidões eram duradouras ou, com algumas modificações e incrementos na atividade, estendiam-se por toda uma vida de trabalho. Na especialização flexível, os trabalhadores precisam se adaptar a novos projetos, habilidades e formação de equipes e assimilar interiormente essa disponibilidade. Com o advento da produção pós-fordista, alguns autores acreditaram que a especialização flexível poderia significar um avanço diante do embotamento experimentado nas rotinas do trabalho industrial. Como lembra Kumar (1997), levantou-se a suposição de que poderia haver “maior envolvimento e maior satisfação no trabalho para a maioria dos trabalhadores” (pp. 59-60). No entanto, o isolamento e a fragmentação surgem como condição social e existencial dos indivíduos na nova estruturação sistêmica.

Sennett, em *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (1999), examina o declínio das relações “sólidas”, como lealdade, confiança, solidariedade e compromisso mútuo entre os trabalhadores, que só se robustecem no tempo e no convívio duradouro. Ou, como revela o título do livro, corrói o caráter, entendido como “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (SENNETT, 1999, p. 10). Os trabalhadores são realocados com frequência em novas equipes e projetos e “pede-se que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças de curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNETT, 1999, p. 9). Além de o emprego se tornar algo contingente, a ideia de carreira se desvanece. A especialização flexível dilapida os laços entre os companheiros de trabalho, ou seja, as bases do que comumente chamamos de solidariedade de classe.

O companheirismo no trabalho carece de tempo para se consolidar e o imperativo da flexibilidade não favorece a criação de laços fortes entre os indivíduos. Vínculos mais densos não significam harmonia, afeição e convivência isenta de conflitos; dizem respeito à experiência de estar juntos em circunstâncias comuns, que resulta na consciência tácita de que os trabalhadores podem se agregar diante de dificuldades, aspirações e iniciativas de ação. Nessa reorganização da produção, figura o dogma da conversão dos “seres dependentes” em “seres pró-ativos”, pelo estímulo e a quase obrigatoriedade do aprendizado constante e da renovação das habilidades. No entanto, a flexibilidade pode sacrificar a cooperação e a identificação com o trabalho.

Em uma padaria de Boston pesquisada por Sennett, a produção de pães é realizada por máquinas sofisticadas, reconfiguráveis. Os padeiros monitoram a feitura dos pães por meio de ícones acionados em telas que mostram, por exemplo, imagens da cor da massa em cozimento, e não há qualquer contato físico com o material: “Os padeiros podem fazer mil pães franceses, no dia seguinte mil *croissants*, dependendo da demanda de mercado imediata em Boston” (SENNETT, 1999, p. 78). Os produtos tornam-se uma representação em tela e, de fato, os padeiros não sabem fazer pão. Quando a programação da máquina falha por algum motivo, vai tudo para o lixo. O trabalho assim contingente e as escalas flexíveis de horário criam uma fraca identificação dos empregados com a atividade. Como aparece em um depoimento colhido por Sennett: “Padaria, sapataria, gráfica, é só dizer, eu tenho as qualificações – disse uma das mulheres com uma risada, quando olhávamos os tonéis de lixo” (SENNETT, 1999, p. 82). Sennett conclui: “o trabalho deles é muito claro, e no entanto muito obscuro” (SENNETT, 1999, p. 88). Não existe propriamente uma habilidade requerida para as tarefas de fazer pão. Nada disso se parece com o “triângulo social”, configuração institucional que se vê desmanchada progressivamente, cujos lados são descritos como “autoridade merecida, respeito mútuo e cooperação em momentos de crise” (SENNETT, 2012, p. 182). Segundo ele, o triângulo social “não transforma o trabalho em um Éden, mas de fato transforma a experiência de trabalho em algo que não seja apenas desalmado; serve de compensação ao nicho, ao isolamento formal” (SENNETT, 2012, p. 182). De forma mais ampla:

O triângulo social informal pode ser encontrado em todo tipo de organização, hospitais e escolas, igrejas e grupos comunitários, entre os militares, em escritórios ou fábricas. Pode até parecer, na verdade, que qualquer organização teria interesse em estimular vínculos informais internos dessa natureza, a bem da coesão social. Mas o triângulo social tem um grande imperativo que não pode ser atendido pela organização. Precisa de instituições relativamente estáveis no tempo, consolidadas. Só quando essa exigência é atendida é possível entender em profundidade o funcionamento da organização. Na última geração, contudo, o capitalismo distanciou-se das instituições consolidadas no tempo que constituíam a base de atuação de operários como os de Boston. Em certa medida, isso se deu porque os Estados Unidos e boa parte da Europa deixaram completamente para trás o trabalho fabril, buscando transformar-se em economias de prestação de

serviços. Em outra medida, o próprio tempo tornou-se de mais curto prazo na maioria das organizações modernas, seja no setor privado ou no público; a experiência recíproca das pessoas e o conhecimento de suas instituições encurtaram. O setor de serviços financeiros está na vanguarda dessa mudança, e é a maneira como modela o tempo institucional que menos se assemelha à experiência que se tinha da linha de montagem (SENNETT, 2012, p. 191).

A experiência do tempo de curto prazo estendida às variadas esferas da produção indica a erosão do acúmulo dos trajetos percorridos anteriormente, ou seja, de uma narrativa contínua de vida. Daí, prossegue Sennett, “o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo” (SENNETT, 2012, p. 13), o que evoca o subtítulo “consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” de *A corrosão do caráter*: Essa dinâmica institucional faz da dependência “uma condição vergonhosa” (SENNETT, 1999, p. 166) e pessoas passivas são tomadas pelo sentimento de culpa, exceto aqueles que parecem ambientados confortavelmente nos vínculos “líquidos”. Tais condições sugerem o seguinte diagnóstico, elaborado em *A cultura do novo capitalismo* (2006, pp. 14-15):

Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas só pode ser encontrada – para colocar as coisas em termos simpáticos – em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem.

A experiência de “curto prazo” da especialização flexível guarda compatibilidades evidentes com a caracterização da “liquidez” da vida contemporânea. Os trajetos sociais não se estabelecem duradouramente, pois a velocidade de desmantelamento e reconstituição das instituições ocorre em um tempo mais curto do que aquele necessário para a solidificação de rotinas referenciais de vida. As fontes de afirmação de outras formas de existência social ainda estão por serem criadas, e para isso os conceitos de “liquidez” e “flexibilidade” auxiliam no exercício crítico das feições e relações do “capitalismo leve” no presente.

Luis Carlos Fridman é Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Cidadania, Trabalho e Arte (Nectar) da UFF.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- SENNETT, Richard. **Juntos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SENNETT, Richard. **Respeito**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Como citar:

FRIDMAN, Luis Carlos. Notas sobre o caráter e a velocidade das mudanças institucionais contemporâneas. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 110-123, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>